

-
- **Birmânia: Partido de Suu Kyi decide não participar legislativas**
 - **Eleições de 1990 em Mianmar são oficialmente anuladas pela Ditadura**
-

Birmânia: Partido de Suu Kyi decide não participar legislativas

Diário Digital_29 de Março de 2010

A Liga Nacional para a Democracia (LND) da opositora Aung San Suu Kyi decidiu hoje não participar nas próximas eleições legislativas, as primeiras em 20 anos, indicou um porta-voz. Uma centena de membros do comité central da LND, reunidos hoje em Rangum, decidiram seguir a posição da prémio Nobel da Paz, que declarou a semana passada que recusaria registar o partido para o próximo escrutínio, considerando as leis eleitorais «injustas».

«A LND decidiu não registar o partido como um partido político, pois as leis eleitorais lançadas em 2010 pelo Conselho de Estado para a paz e o desenvolvimento (SPDC, nome oficial da junta) são injustas», indicou Nyan Win, porta-voz do partido e advogado da prémio Nobel da Paz.

Eleições de 1990 em Mianmar são oficialmente anuladas pela Ditadura

De Agencia EFE – 11 de Mar de 2010

Bangcoc, 11 mar (EFE).- A Junta Militar birmanesa anunciou nesta quinta-feira a anulação oficial dos resultados das últimas eleições, realizadas em 1990 e vencidas pelo partido opositor da líder Aung San Suu Kyi. A nova lei, publicada esta manhã na imprensa estatal, estabelece que "os resultados eleitorais prévios ficam automaticamente invalidados porque não estão de acordo com a Constituição", já que a nova Carta Magna birmanesa foi aprovada em plebiscito em 2008.

Mianmar (antiga Birmânia) deve realizar este ano seu primeiro pleito desde 1990, mas o regime, que nunca reconheceu a derrota anterior, ainda não anunciou a data. A lei eleitoral aprovada pelos generais também proíbe que as pessoas que cumprem penas votem. Assim, os militares fecham uma nova porta à participação de Suu Kyi, que cumpre uma condenação de prisão domiciliar de 18 meses.

A líder, que já ganhou o prêmio Nobel da Paz, também não pode participar de atividades de militância política pelo mesmo motivo, segundo a Lei de Registro de Partidos Políticos divulgada ontem na imprensa, e também não pode se candidatar à chefia de Estado, pois esteve casada com um cidadão estrangeiro e seus filhos têm passaportes do Reino Unido.

O partido dirigido por Suu Kyi, a Liga Nacional para a Democracia (LND), ativo desde 1988, terá que voltar a registrar-se sob a nova regulação sem sua líder. O prazo, que começou a contar em 8 de março, terminará 60 dias depois. A Junta Militar que governa Mianmar começou nesta semana a divulgar o conteúdo da lei eleitoral que vai regular as eleições parlamentares deste ano.

-
- **Eleições de 1990 em Mianmar são oficialmente anuladas pela Ditadura**
 - **Ditadura militar controla legislativas**
-

Eleições de 1990 em Mianmar são oficialmente anuladas pela Ditadura

De Agencia EFE_10/3/2010

A Junta Militar birmanesa anunciou nesta quinta-feira a anulação oficial dos resultados das últimas eleições, realizadas em 1990 e vencidas pelo partido opositor da líder Aung San Suu Kyi. A nova lei, publicada esta manhã na imprensa estatal, estabelece que "os resultados eleitorais prévios ficam automaticamente invalidados porque não estão de acordo com a Constituição", já que a nova Carta Magna birmanesa foi aprovada em plebiscito em 2008.

Mianmar (antiga Birmânia) deve realizar este ano seu primeiro pleito desde 1990, mas o regime, que nunca reconheceu a derrota anterior, ainda não anunciou a data. A lei eleitoral aprovada pelos generais também proíbe que as pessoas que cumprem penas votem. Assim, os militares fecham uma nova porta à participação de Suu Kyi, que cumpre uma condenação de prisão domiciliar de 18 meses.

A líder, que já ganhou o prêmio Nobel da Paz, também não pode participar de atividades de militância política pelo mesmo motivo, segundo a Lei de Registro de Partidos Políticos divulgada ontem na imprensa, e também não pode se candidatar à chefia de Estado, pois esteve casada com um cidadão estrangeiro e seus filhos têm passaportes do Reino Unido. O partido dirigido por Suu Kyi, a Liga Nacional para a Democracia (LND), ativo desde 1988, terá que voltar a registrar-se sob a nova regulação sem sua líder. O prazo, que começou a contar em 8 de março, terminará 60 dias depois.

A Junta Militar que governa Mianmar começou nesta semana a divulgar o conteúdo da lei eleitoral que vai regular as eleições parlamentares deste ano.

Ditadura militar controla legislativas

Diário de Notícias - Lisboa - 9 de Mar de 2010

A ditadura militar da Birmânia designou todos os membros da comissão eleitoral que vai organizar as primeiras eleições legislativas dos últimos 20 anos, indicaram ontem os media governamentais birmaneses. O poder militar promulgou cinco textos de leis que permitem a realização de eleições, mas o conteúdo destes deverá ser revelado progressivamente esta semana.

Segundo um responsável birmanês, que pediu para não ser identificado, a data das eleições, ainda desconhecida, será escolhida pela comissão eleitoral. "Os partidos políticos terão cerca de seis meses para fazer campanha depois da promulgação da lei eleitoral", indicou outro responsável.

Os jornais publicaram na íntegra as duas páginas da "Lei sobre a comissão eleitoral da União", assinada pelo general Than Shwe, número um da junta. O texto cria uma comissão para "supervisionar a adoção na prática dos direitos do povo da União da Birmânia" de votar ou de se apresentar às eleições. Mas os cinco membros deste órgão serão escolhidos pelo Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento (SPDC, nome oficial da junta).

- **- Junta militar de Mianmar divulga leis eleitorais**
- Ramos Horta promete continuar criticar regime birmanês

Junta militar de Mianmar divulga leis eleitorais

Estadão_8/3/2010

O chefe da junta, general Than Shwe, prometeu em 2008 realizar as eleições como parte de um "mapa para a democracia". No entanto, os críticos afirmam que essa disputa não terá valor se a líder pela democracia Aung San Suu Kyi, vencedora do Nobel da Paz, permanecer em prisão domiciliar.

A Liga Nacional pela Democracia (NLD, na sigla em inglês), de Suu Kyi, afirmou que a junta não deu aos partidos tempo suficiente para se preparar para os pleitos. A sigla não informou ainda se pretende ou não participar e deve fazer isso apenas após a publicação das leis. O NLD venceu as últimas eleições gerais em Mianmar por larga margem. O regime militar, porém, negou-se a conceder a vitória. Desde então, Suu Kyi passou detida 14 dos últimos 20 anos.

As eleições serão realizadas de acordo com uma nova Constituição, confirmada em maio de 2008 em um referendo. A votação ocorreu dias antes de um devastador ciclone que matou até 138 mil pessoas em Mianmar.

Analistas reconhecem os problemas existentes, mas acreditam que as eleições podem catalisar mudanças parciais no país. Segundo eles, pode haver ao menos uma mudança formal na hierarquia que comanda a nação, mesmo que o poder na prática permaneça com Than Shwe, de 76 anos, e seus aliados. As informações são da Dow Jones.

Ramos Horta promete continuar criticar regime birmanês

SIC Notícias – 5/3/2010

O presidente timorense promete continuar a fazer campanha pela democracia em Myanmar, mesmo que isso prejudique a adesão de Timor-Leste à organização regional asiática ASEAN, prevista para 2012 ou 2013. Numa palestra na Universidade de Bradford, no norte da Inglaterra, onde se encontra até domingo a convite da organização internacional PeaceJam, José Ramos Horta salientou que a adesão já recebeu o apoio de Myanmar.

"Esperamos aderir entre 2012 e 2013, se tudo continuar a correr bem no país economicamente, financeiramente, politicamente", disse. Todavia, reconheceu ser avisado frequentemente que "falar demais" sobre a situação naquele país pode prejudicar a adesão à Asean, a Associação dos Países do sudoeste Asiático.

"Mas eu respondo que, se é esse o caso, então seja. Mas espero que não chegue a esse ponto", vinco. A ASEAN é actualmente composta por dez países: Brunei, Cambodja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname, tendo ainda como membro observador a Papua-Nova Guiné.

O prémio Nobel da Paz aceitou lançar uma nova petição internacional a pedir a liberdade da opositora birmanesa Aung San Suu Kyi, também ela Nobel da Paz, o que já fez em outras ocasiões, no passado. Apesar de condenar o desrespeito de Rangum pelos direitos humanos, Ramos Horta criticou as actuais sanções impostas ao país.